

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: um estudo de caso***INDEXING POLICY: a case study*Lilian Morais Brum¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan²

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

A política de indexação é um documento formal de gestão de uma unidade de informação cujos requisitos devem atender às suas características específicas, fazendo parte da cultura organizacional. Este estudo é resultado parcial de uma pesquisa em andamento que tem por objetivo apresentar uma proposta de formalização da política de indexação da biblioteca universitária Professora Etelvina Lima, unidade setorial do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Essa formalização será feita por meio de observação participativa e análise qualitativa. Os resultados, aqui apresentados, são parciais, visto que a pesquisa não está concluída. Durante o desenvolvimento da primeira etapa foram observadas algumas ações que serão necessárias, além da criação de instrumentos de análise que contribuam para a metodologia escolhida para o desenvolvimento e análise de dados da pesquisa. A entender as necessidades da unidade ainda será necessária a inserção nas atividades da unidade, porém, com o referencial teórico é possível salientar a importância da existência de políticas formais para a continuidade das atividades desenvolvidas de forma padronizada dentro das bibliotecas universitárias.

Palavras-Chave: Política de indexação; Gestão de unidades de informação; Biblioteca universitária.

ABSTRACT

The indexing policy is a formal management document of an information unit, whose requirements must correspond to its specific characteristics, being part of the organizational culture. This study is a partial result of an ongoing research that aims to present a proposal for the formalization of the indexing policy of the University Library Professora Etelvina Lima, a sector unit of the Library System of the Federal University of Minas Gerais. This formalization is done through participatory observation and qualitative analysis. The results presented here are partial, since the research is not yet complete. During the development of the first stage, some actions were observed that will be necessary in addition to the creation of analytical tools that contribute to the methodology chosen for the development and data analysis of the research. However, with the theoretical

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0897-2299>. E-mail: lilianmoraisbrum@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4303-9071>. E-mail: benildes@gmail.com.

reference it is possible to point out the importance of the existence of formal policies for the continuity of the activities developed in a standardized way within university libraries.

Keywords: *Indexing policy. Management of information units. University library.*

1 INTRODUÇÃO

Na literatura brasileira sobre política de indexação há o estudo pioneiro de Carneiro (1985), “que compilou diretrizes (requisitos, elementos e suas variáveis) para a elaboração de uma política de indexação em bibliotecas” (CARNEIRO, 2022, p. 13). Depois disso, há as investigações de pesquisadores tais como Isidoro Gil Leiva, Mariângela S. L. Fujita e Milena Polsinelli Rubi, que situam as políticas de indexação como um instrumento de gestão de unidades de informação. Essa gestão, segundo Ramos (1996, p. 4), “compreende a definição da estrutura interna de operação, [...] dos processos de produção e dos produtos a serem gerados, a montagem de grupos de trabalho, divisão do poder com a atribuição de responsabilidades e tarefas”, e também envolve “a obtenção e a distribuição de recursos físicos e humanos compatíveis com o trabalho a ser realizado, propiciando a montagem de uma infraestrutura de trabalho”. Por sua vez, Nonato (2022, p. 107) afirma que a gestão da informação é constituída por três elementos básicos: o ciclo de vida da informação (todo o percurso da informação na organização), a gestão organizacional (definição dos produtos e serviços apropriados ao público-alvo), e a tecnologia da informação (meio utilizado para sustentar a eficiência e eficácia na recuperação da informação e no oferecimento de produtos e serviços).

Para Luporini (1985, p. 20) a organização pode ser entendida como uma relação de deveres ou funções para a execução de objetivos definidos. A distribuição desses deveres e funções de modo acertado é que determina a boa e pode ser determinante para o sucesso das atividades desenvolvidas numa unidade de informação. Assim, para garantir uma gestão eficiente é necessário que sejam definidos objetivos claros e coerentes com as necessidades dos usuários. Esses objetivos devem estar alinhados com a missão da instituição e com as políticas e diretrizes estabelecidas pela administração da unidade de informação.

A comunicação é importante em todos os níveis da organização tanto verticalmente, de superior para subordinado e vice-versa, quanto horizontalmente, entre todos os integrantes da organização, mesmo alocados em diferentes setores (ALMEIDA, 2005, p. 41).

É fundamental também que sejam elaborados planos de ação e projetos que contemplem todas as atividades necessárias para atingir esses objetivos. Ademais, a gestão de unidades de informação também envolve a gestão de recursos, como orçamento, pessoal, equipamentos e infraestrutura, como lembrado por Carneiro (1985), Almeida (2005) e Maciel e Mendonça (2006). É importante que sejam desenvolvidos planos de orçamento que garantam a manutenção da infraestrutura e aquisição de novos materiais e equipamentos, além de garantir uma equipe capacitada e bem treinada para atender às necessidades dos usuários. Dessa maneira, a gestão da informação é essencial para manter o funcionamento da unidade de informação enquanto organismo dinâmico.

Uma gestão da informação prescinde de uma política de indexação, e, em bibliotecas universitárias, por exemplo, existem políticas desde a aquisição de documentos até o descarte, passando por processos de catalogação, de indexação e classificação, chegando a requisitos para a recuperação e encontrabilidade da informação, visto que é um guia de ações que visa assegurar que o usuário tenha acesso à informação que demanda:

Encontrabilidade da informação traz um discurso profícuo para a Ciência da Informação, ao alinhar o conceito proposto à intencionalidade dos sujeitos e à contribuição destes para a organização e a representação da informação em ambientes informacionais tradicionais, digitais e/ou híbridos (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 12).

Por vezes, é possível encontrar unidades de informação que não possuem suas políticas de indexação devidamente registradas, o que acarreta em possíveis lacunas e obstáculos para a sua gestão, sendo necessário um esforçada equipe de bibliotecários no sentido de formalizar tais políticas.

Fujita e Santos (2016) investigaram bibliotecas universitárias nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e observaram que a maioria delas não tinha uma política de indexação formal. E uma exploração inicial realizada em março de 2023, no sistema da rede de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), evidenciou que esse resultado perdura nesse sistema. Ademais, a exploração inicial da literatura indicou um número pequeno de relatos de implantação formal de políticas de indexação em unidades de informação. Um exemplo é o da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), que é um trabalho colaborativo coordenado pela pesquisadora Mariângela Fujita.

Na perspectiva desse problema, este estudo tem como objetivo a formalização das práticas de gestão já existentes da equipe da Biblioteca Universitária Professora Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, promovendo reflexões acerca das políticas de indexação em bibliotecas universitárias. A escolha dessa unidade de informação se deve ao fato da proximidade geográfica e pela relação de confiança que há entre a proponente deste estudo com a equipe da biblioteca. Também foi levado em consideração que a unidade de informação em questão é uma biblioteca universitária de um curso de Biblioteconomia e, como tal, já deveria possuir uma política de indexação devidamente formalizada, que sirva de referência para os alunos, que serão futuros bibliotecários.

O problema da ausência de políticas formalmente registradas em uma unidade de informação prejudica a gestão da informação, e seu desenvolvimento se justifica porque se pressupõe que a formalização resultará em economia de recursos humanos, materiais e financeiros, e contribuir para a satisfação do usuário, assegurando-se padronização, que dá maior consistência aos produtos e serviços de informação. Isso é abonado pela afirmação de que a essência da política de indexação é determinar “variáveis, estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas” (CARNEIRO, 1985, p. 222). A formalização da política de indexação, segundo Oliveira (2017, p. 43), é primordial, pois ela “garante uniformidade e padronização na análise e atribuição de descritores de assunto, o que irá favorecer diretamente o tratamento temático e a recuperação da informação”. Nunes (2004, p. 57 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 49) acrescenta que “em primeiro lugar a política de indexação deve ser enunciada formalmente num documento oficial da biblioteca ou serviço de informação”, para, em seguida, ser estabelecido “o tratamento que será dado aos diferentes domínios disciplinares cobertos pelo acervo da biblioteca”.

2 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Internacionalmente, a política de indexação teve origem nos estudos de Cooper (1978), e, no Brasil, por Carneiro (1985). Após esses autores, no cenário internacional, após um hiato de décadas, o interesse recomeçou com Frohman (1990). No Brasil, as pesquisas de relevância na área reiniciaram nos anos 2000, com Rubi e Fujita (2003),

Guimarães (2004), Fujita e Rubi (2006), Fujita, Rubi e Boccato (2009), Gil Leiva e Fujita (2012) e Dal'avedove e Fujita (2013). Explicando tal situação, Fujita e Rubi (2006) destacam que

[...] os estudos sobre política de indexação ficaram defasados por 15 anos diz respeito, principalmente, ao modo como a indexação é vista dentro da biblioteca: muitas vezes, somente como um processo técnico que não necessita de procedimentos sistematizados para identificação de assuntos, somente de uma leitura rápida para identificar e extrair os termos para representar o conteúdo. Desse modo, a implantação de uma política de indexação é considerada desnecessária (FUJITA; RUBI, 2006, p. 50).

Almeida (2005, p. 6) indica que “as políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização”. Por sua vez, Koontz *et al.* (1987 *apud* Almeida, 2005, p. 1) acrescenta que as políticas permitem decidir questões previamente, evitando a repetição de análises, pois as políticas são guias de raciocínio que orientam a tomada de decisão, a ação, as regras e procedimentos que irão guiar o fazer.

A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa (RUBI, 2009, p. 83).

Assim, a política de indexação em bibliotecas é uma importante ferramenta com vistas a facilitar o acesso dos usuários aos documentos presentes em seu acervo, tornando a busca mais rápida e eficiente. Nesse sentido, Fujita (2012, p. 22) destaca funções e objetivos, pois afirma que “a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”.

Redigolo *et al.* (2012) destaca que a:

[...] implementação de uma política de indexação pressupõe dois aspectos fundamentais: a interdependência de seus elementos e a avaliação constante, visto que é um processo retroalimentável por natureza (mudam os documentos, as áreas de interesse da organização, os perfis dos usuários, as linguagens de indexação etc. (REDIGOLO *et al.*, 2012, p. 76).

Elas ainda acrescentam que “a política de indexação influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais” (REDIGOLO *et al.*, 2012, p. 76). Também Gil Leiva e Fujita (2012) observam que:

[...] a maioria das grandes instituições documentais deveria contar com uma política de indexação explícita com o objetivo de alcançar a máxima coerência possível nas tarefas de representação da informação. Uma política de indexação básica deveria contemplar a forma de realizar a indexação, o uso de vocabulários controlados e as listas de autoridades (identificadores, nomes de pessoas, nomes de lugares etc.), assim como mecanismos de revisão e avaliação (GIL LEIVA; FUJITA, 2012, p. 122).

A política de indexação deve ser elaborada com cuidado, levando em consideração diversos aspectos, como as características do público-alvo, a natureza do acervo e as finalidades do serviço de informação. É importante que a política de indexação seja coerente com os objetivos da biblioteca e que seja adequadamente divulgada para o público-usuário.

Carneiro (1985) sugere três requisitos necessários em uma política de indexação: identificação da organização do sistema de informação; identificação da comunidade de usuários; e a identificação dos recursos humanos, materiais e financeiros, requisitos estes que são o plano horizontal e se referem a atividades de gestão em uma unidade de informação, segundo Fujita (2012). Carneiro (1985) também indica como elementos de uma política de indexação: Cobertura de Assuntos; Seleção e Aquisição; Processo de indexação, com suas variáveis - Exaustividade, Especificidade, Revocação, Precisão e Linguagem - além de Estratégia de busca; Forma de saída; Tempo de Resposta do Sistema e Avaliação do sistema. O conjunto desses elementos formará um guia para a tomada de decisões, e deve levar em conta, segundo Carneiro (1985, p. 221), os seguintes fatores: “a) características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a oferecer; b) identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação; e letra c) recursos humanos, materiais e financeiros que delimitam o funcionamento de um SRI.”

A elaboração de uma política de indexação exige estabelecer as diretrizes capazes de proporcionar a satisfação do usuário, e o quadro 1 mostra uma compilação feita por Rubi (2012a) sobre as principais diretrizes e suas fontes teóricas.

QUADRO 1 –Elementos para uma política de indexação

ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	FONTES
Avaliação do sistema	Carneiro (1985)
Campos e subcampos do formato MARC	Moen e Benardino (2003)
Capacidade de consulta a esmo (<i>browsing</i>)	Fosket (1973)

ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	FONTES
Capacidade de revocação e precisão do sistema	Carneiro (1985)
Cobertura de assuntos	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Consistência/ Uniformidade	Olson e Boll (2001); Vílchez Pardo (2002)
Detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Manuais INIS, AGRIS e BIREME
Economia	Vílchez Pardo (2002)
Escolha da linguagem	Carneiro (1985); Vílchez Pardo (2002)
Especificidade	Cutter (1876); Foskett (1973); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Connell (1996); Olson e Boll (2001); Vílchez Pardo (2002)
Estratégia de busca	Carneiro (1985)
Adequação	Olson e Boll (2001)
Exaustividade	Lancaster (1968; 1993); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Van Slype (1991); Olson e Boll (2001)
Forma de saída dos resultados	Carneiro (1985)
Formação do indexador	Fosket (1973)
Manual de indexação (elaboração/utilização)	Manuais INIS, AGRIS e BIREME; Guimarães (2000)
Seleção e aquisição de documentos-fonte	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Síntese	Vílchez Pardo (2002)
Uso (pelo usuário)	Vílchez Pardo (2002)

Fonte: Rubi (2012a, p. 118).

Os elementos expostos no quadro 1 constituem uma orientação para a elaboração de uma política de indexação. Para a autora, a “elaboração de uma política de indexação deve ser uma ação desenvolvida no âmbito da administração da biblioteca, representada por uma filosofia que reflita os seus objetivos e que sirva de guia para os bibliotecários” (RUBI, 2012a, p. 108).

O capítulo seis do *Guidelines for Subject Access in National Bibliographies* publicado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA; Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) em 2011 traz orientações sobre as políticas de indexação. Comentando sobre elas, Campanhã (2021, p. 51) destaca que:

[...] podem ser consideradas diferentes versões da política, uma para uso interno, com orientações à equipe, e outra para usuários externos, disponibilizada na web. O guia observa que no caso de alterações na política, as versões anteriores também devem estar disponíveis e identificadas na web, pois a documentação das práticas anteriores facilita o reconhecimento das mudanças realizadas, a compreensão dos usuários sobre os diferentes tratamentos ocorridos e a busca por materiais antigos.

Segundo a autora, a “política também poderá orientar novos profissionais, evitando que sejam tomadas decisões díspares em casos de mudanças institucionais” (CAMPANHÃ, 2021, p. 53).

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo se caracteriza como exploratória, descritiva e de abordagem qualitativa de análise, envolvendo como procedimento técnico o método da observação participante, que se constitui da inserção do pesquisador no convívio do fenômeno analisado, interagindo e compartilhando com os atores inseridos no cotidiano daquela situação. As três etapas utilizadas para a observação participante seguem os passos descritos por Queiroz *et al.* (2007, p. 279), a saber:

1. primeira etapa: aproximação com o fenômeno em estudo, quando o pesquisador deve ser aceito para realizar o estudo juntamente com o grupo de atores;
2. segunda etapa: visão da comunidade objeto de estudo, com a análise de documentos oficiais, da instituição, levantamento de autores, etc.;
3. terceira etapa: sistematização e organização dos dados, registrando a situação real e a percepção pessoal do pesquisador.

Na formalização da política de indexação será aplicada a proposta de Rubi (2012b), em três fases: preparação, desenvolvimento e avaliação, conforme descrito a seguir:

1. Preparação: fazer um diagnóstico inicial sobre a situação real;
2. Desenvolvimento: determinar diretrizes e decisões alinhadas aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização e do público-alvo;
3. Avaliação: avaliar a política de indexação implantada tendo em vista ajustes e melhorias.

4 RESULTADOS

Este estudo foi iniciado em fevereiro de 2023 e, desse modo, apresenta apenas resultados parciais. Foram desenvolvidas duas etapas: a primeira etapa da observação participante e a primeira etapa da formalização da política de indexação.

Na primeira etapa da observação participante, de aproximação do pesquisador com o fenômeno estudado, foram feitos encontros com os membros da equipe de bibliotecários da biblioteca universitária Etelvina Lima para apresentar a proposta do projeto e verificar o interesse em formalizar a política de indexação da biblioteca. Nesses encontros, as três bibliotecárias da equipe se mostraram motivadas com o empreendimento, visto que estão passando por processo de adaptação no processamento técnico, pois a catalogadora responsável pela atividade se aposentou recentemente, em 2022. Durante o curto período em que as bibliotecárias da equipe estão assumindo as atividades do processamento técnico, em regime de escala, foram encontrados alguns obstáculos advindos de uma política de indexação registrada, que oriente a tomada de decisão na gestão da biblioteca. Também estão sendo observadas algumas inconsistências de indexação e de classificação que precisam passar por ajustes.

Na primeira etapa da formalização da política de indexação, de preparação, foi realizado um diagnóstico inicial para verificar a situação real da unidade de informação, com foco na sua estrutura organizacional, conforme instrumento proposto por Sousa (2020). Foram registrados dados tais como horário de funcionamento, documentos regulatórios, mecanismos de comunicação, recursos humanos e financeiros, atividades de planejamento e de avaliação. Observou-se que a rotina das atividades de gestão da biblioteca como um todo já existe, sendo que alguns estão registrados de modo não formalizado. Foi possível perceber que há questões que ainda não foram refletidas pela equipe e que são essenciais para a implementação formal das políticas de indexação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do evidenciado até o momento, já se verifica que é indispensável que se faça a formalização das políticas de indexação em unidades de informação, visto que elas são essenciais para uma gestão adequada e para o atendimento eficaz e eficiente da comunidade de usuários. Sob essa perspectiva, esta pesquisa contribuirá para trazendo

insumos teóricos e metodológicos para as práticas de formalização desses instrumentos em unidades de informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. 144 p.

CAMPANHÃ, Thaís de Oliveira Sant'Anna. **Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico**. 2021. 160f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Rio de Janeiro, 2021.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CARNEIRO, Tiago Furtado. **Diretrizes para elaboração de uma política de indexação para acervos de centros de documentação e memória do teatro**. 2022. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

COOPER, William S. Indexing documents by Gedanken experimentation. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 29, n. 3, p. 107-119, 1978.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2013.

FROHMANN, Bernd. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, London, v. 46, n. 2, p. 81-101, 1990.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr. 2009.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. D. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 59-76, 2016. DOI: 10.1590/2318-08892016002800005 Acesso em: 10 jul. 2023.

GIL LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena P.; FUJITA, Mariângela S. L. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-253, set./dez. 2008.

GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

GOMES, R. F.; LIMA, G. Ângela de. A política de indexação nos estudos publicados na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma revisão sistemática de literatura. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 210–236, 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens, teóricas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2004. Cap. 3, p. 43-52.

KOONTZ, H.; O'DONNELL, C.; WEIHRICH, H. **Administração: organização, planejamento e controle**. 14.ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

LUPORINI, Carlos Eduardo Mori. **Sistemas administrativos: uma abordagem moderna de O&M**. Barueri: Atlas, 1985.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

NONATO, Rafael dos Santos. **Gestão da informação e sistemas de gestão de segurança da informação: modelo para a garantia de disponibilidade em processos de contratação**. 2022. 304f. Tese (Doutorado na área de concentração da Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte: PPGGOC/UFMG, 2022.

NUNES, C. O. I. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 55-61, 2004.

OLIVEIRA, L. P. Política de indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, v. 4, n. 2, p. 39-58, 2017.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem-UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

RAMOS, P. A. B. A gestão na organização de unidades de informação. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 1, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf..v25i1.671 Acesso em: 10 jul. 2023.

REDIGOLO, Franciele Marques et al. Elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 75-86, 2012.

RUBI, Milena Polsinelli. **Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva**

dos catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-94.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012a. cap. 3, p. 107-120.

RUBI, Milena Polsinelli. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012b. cap. 7, p. 171-186.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SOUSA, Rosana de Vasconcelos. **Instrumento de diagnóstico organizacional para as bibliotecas do Instituto Federal do Ceará**. Juazeiro do Norte: [s.n.], 2020.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregorio. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Unesp, 2014. 194 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126218/ISBN9788579835865.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jul. 2023.